

FORMAÇÃO DE PREÇOS EM JEVONS, MENGER E WALRAS

Prof^a Maria de Lourdes Pereira Dias
Departamento de Ciências Econômicas – UFSC

1. Introdução

A história do pensamento econômico registra que, a partir de 1870, gravitou em torno dos pressupostos clássicos outra corrente de análise econômica, enriquecida e desenvolvida na Inglaterra, por **William Stanley Jevons**, com a obra **Teoria da Economia Política**, editada em 1871. Em resposta ao movimento histórico da época, foi desenvolvida na **Áustria**, por **Carl Menger** e outros autores, a Teoria Marginalista. Menger publicou, em 1871, **Princípios de Economia Política**, dando nova análise ao valor de troca das mercadorias. Praticamente na mesma época, surgiu outra corrente do pensamento econômico, preocupada com a **análise do equilíbrio geral**, tendo **Léon Walras**, em 1874, consolidado estas idéias, com a edição da obra **Elementos da Economia Política Pura**.

Estes três autores, considerados fundadores da Escola Neoclássica, explicaram de maneira lógica e independente a interdependência das atividades econômicas, dando à Economia uma estrutura científica não alcançada pelos teóricos do liberalismo econômico. Apoiados, principalmente nos autores Thünen, Gossen e Cournot, que deram início à substituição do valor trabalho, pela perspectiva do valor utilidade, em Betham, Say e Senior, que reforçaram estes propósitos, Jevons, Menger e Walras tiveram, nos autores acima citados e em outros os fundamentos de suas doutrinas.

A **Teoria da Utilidade** justificou para Jevons a **formação dos preços** dos bens. As mercadorias têm valor de uso, por isto adquirem preços, e o valor de troca ou de preços possui o mesmo significado. Rejeitou o valor-trabalho, incorporado ao preço da mercadoria, trabalhou com os conceitos de utilidade total e marginal e afirmou que os indivíduos extraem utilidades do consumo de mercadorias, para maximizarem suas satisfações. Estas ocorrem em grau máximo, quando a razão entre as utilidades marginais e os preços das mercadorias consumidas são iguais.

Menger, com base na análise da demanda e oferta de mercado, formulou a teoria sobre a **formação dos preços dos bens**, sobre os

bens, suas demandas e vendabilidades e sobre o valor de troca dos bens, no processo isolado dos contraentes e no monopólio. Ele relacionou o valor das mercadorias aos níveis de concorrências. Para ele, o dinheiro é uma mercadoria especial e necessária para fixar os preços. Os preços e as quantidades estão inversamente relacionadas. A troca econômica, além de assegurar a importância das necessidades, garante o proveito econômico das partes. O monopolista, ao fixar os preços, pode excluir um fragmento da demanda. Os bens de consumo são os de ordem superior, enquanto que os de ordem inferior são os fatores de produção.

E Walras ao conceituar riqueza social, formulou sua teoria sobre o **valor dos bens e os preços** destes. Diz que o conjunto das coisas raras, úteis, limitadas em quantidades, têm valor. Por isso, são apropriáveis e industrialmente produzidas. No mercado é que ocorrem as **relações de valores de troca**, que são os preços.

A raridade das mercadorias é o que determina a **formação de preços**, porque exalta o valor da troca. Aos desequilíbrios dos preços de mercado, Walras propôs seu auto-restabelecimento como solução. Serviu-se de equações matemáticas como método de comprovação para formular o **Equilíbrio Econômico Geral** segundo o qual as variações nos preços correntes farão automaticamente os ajustes necessários ao equilíbrio.

2. Valor de Troca: Origens e Críticas

A origem do valor de troca das coisas, ou a determinação dos preços das mercadorias, está arrolada em três principais teorias. São elas: a) a **teoria inglesa** de A. Smith, de Ricardo e Mac-Culloch, em que os autores colocam a **origem do valor no trabalho**; b) a **teoria francesa**, dirigida por Condillac e J. B. Say que, sobretudo, atribuem a **origem do valor à utilidade**; c) a **teoria da raridade**, enunciada por Burlamaqui e A. A. Walras (pai de Léon Walras) e defendida pelo próprio Léon, que sustenta a **origem do valor na raridade**.

Walras (1986, p. 99 et seqs.) tece críticas à teoria de Smith quando este diz que:

o preço real de cada coisa, aquilo que cada coisa realmente custa para quem quer obter, é o trabalho e a fadiga com que deve importar-se para obtê-la (...). O que se compra com

O trabalho foi o primeiro preço, a moeda paga pela compra primitiva de todas as coisas.

Isto porque, para Walras, **todas as coisas que valem e se trocam são trabalho sob uma ou outra forma.**

O trabalho constitui, e apenas ele, toda a riqueza social. O trabalho vale e é trocado porque ele é simultaneamente útil e limitado em quantidade, porque ele é raro.

A raridade e todas as coisas raras valem e são trocadas como o **trabalho**. Afirmar que o valor de troca está no trabalho é inexato para Walras, contrapondo-se a Smith.

Quanto à teoria de Say do valor de troca, Walras considera-a infeliz. Esta enuncia que

a utilidade de uma coisa faz com que esta coisa tenha valor e a torne desejável e impele os homens a fazer um sacrifício para possuí-la (...). Dá-se certa quantidade de coisas que se possui (moeda de prata, por exemplo), para se obter a coisa da qual se tem necessidade. É isso que faz seu valor. (Say *apud* Walras, 1986, p. 99).

A crítica de Walras consiste em afirmar que somente a utilidade não basta, pois para criar o valor é ainda preciso que a coisa útil não exista em quantidade ilimitada, que seja rara. As coisas ilimitadas em quantidades são obtidas tanto quanto se queira, sem fazer em troca nenhum sacrifício. Say ainda diz que as coisas ilimitadas (o ar, a luz solar, a água dos rios e riachos) são úteis e, em consequência, têm valor. Para Walras, não pagamos estes bens, porque **nunca poderíamos pagar seu preço**. Contesta o autor que tanto Smith como Say apenas affloraram a questão da origem do valor de troca e ambos se limitaram às teorias insuficientes.

Say (*ibid.*, p. 101) mistura a teoria da utilidade com a do trabalho e, às vezes, parece que adere à teoria da raridade. E Smith, conforme as críticas de Walras, se contradiz por admitir a terra, tanto quanto o trabalho, no conceito de riqueza social.

Estas análises foram realizadas por Walras para sustentar a sua teoria sobre a raridade. Ele considera Burlamaqui (*apud* Walras, 1986, p. 101) excelente quando enuncia que **os fundamentos do preço próprio e intrínseco** são primeiramente a aptidão que as coisas têm de servirem

às necessidades, às comodidades ou aos prazeres da vida, ou seja, sua utilidade e sua raridade.

A utilidade não basta para dar preço às coisas, é preciso, ainda, considerar sua raridade. Não é só a necessidade que decide o preço que se tem de uma coisa. Há coisas muito necessárias ao indivíduo e que custam pouco – por exemplo, a água comum – e apenas a raridade não é igualmente para dar o preço às coisas. É preciso que estas tenham utilidade. Todas as circunstâncias particulares podem concorrer para a alta no preço de uma coisa¹, podendo ser relacionadas à sua raridade. O preço também pode estar relacionado a uma certa afeição, ou inclinação de posse.

A Teoria da Raridade foi introduzida na Economia Política, em 1831, por A.A. Walras, na obra intitulada **Sobre a Natureza da Riqueza e Sobre a Origem do Valor**. Contudo, admite o autor, não foi o seu pai o primeiro a anunciar a teoria².

Outros Autores, antes de Léon Walras, já tinham abordado a teoria da raridade. Entre eles, estão H. H. Gossen (1854), W. S. Jevons (1871 e 1879) e C. Menger (1871/72). Este último publicou a sua obra depois de ter lançado as bases de uma nova teoria das trocas, de maneira independente e original. Walras não fez críticas a Menger e aos seus seguidores Wieser e Böhm-Bawerk, porque estes não empregaram método e linguagem matemática, considerados essenciais a Walras. Mas a Gossen e Jevons ele fez críticas. Ambos propuseram a curva decrescente de utilidade ou de necessidade e dela deduziram matematicamente a condição de um máximo de utilidade, e Jevons, equações de troca.

Gossen (*apud* Walras, 1986, p. 102) enunciou sua proposição nos seguintes termos: “As duas mercadorias deverão, depois da troca, estar repartidas entre os dois permutadores, de tal modo que o último átomo recebido de cada mercadoria tenha o mesmo valor para o outro permutador”. Jevons, na opinião de Walras (1986, p. 102), formulou suas equações de troca baseado no seguinte: “A razão de troca de duas mercadorias será o inverso da relação entre os graus

¹ Por exemplo, a água em lugares áridos, modas de roupas em relação ao tempo, etc.

² O Abade Genovesi ensinava a doutrina da raridade em Nápoles, em meados do século passado e N. W. Senior em Oxford, por volta de 1830 (Walras, op. cit.

finais de utilidade das quantidades dessas mercadorias a serem consumidas depois da troca”.

As teorias de Jevons (ibid., p. 103) se diferenciam em dois pontos. Para Walras estas diferenças são: a) os **preços**, que são relações inversas entre as quantidades de mercadorias trocadas, são substituídos pelas **razões de troca**, que são relações diretas entre essas quantidades; b) o problema da troca é considerado resolvido para o caso de dois permutadores de uma mesma categoria.

Walras, além de trabalhar com a troca entre dois permutadores, analisou a formação de preços na troca, com qualquer número de mercadorias entre si e deduziu o Equilíbrio Geral no Mercado. Este foi considerado o avanço de sua teoria.

3. Análise Comparativa

Para Jevons, a utilidade das coisas foi a base da determinação do valor e este valor constitui a riqueza. O valor de troca foi o índice da utilidade reconhecida de determinada mercadoria. Esta tem valor por causa da necessidade de se dar coisas em troca da obtenção de outras. A utilidade é uma propriedade que os bens possuem de gerar satisfação, ou evitar sofrimento.

A teoria da utilidade foi o centro dos estudos de Economia Política para Jevons, Menger e Walras. Contudo, Jevons foi o que detalhadamente mais a enfatizou. O termo **utilidade marginal** foi introduzido na literatura econômica por Wieser e manteve-se presente nas doutrinas de Jevons, Menger e Walras, sendo que Menger não associou este conceito ao processo de derivação matemática.

A troca econômica de bens entre os agentes e a definição de seus limites foi a maneira pela qual os três autores neoclássicos chegaram à formulação dos preços. O emprego da palavra **relação de troca** em vez de **valor de troca** foi bastante utilizada por Jevons, pois considerou o valor um termo relativo (que ocorre entre duas coisas, no mínimo) e significa **poder de compra**. Menger e Walras ampliaram estes entendimentos dando-lhes outros enfoques.

A doutrina sobre os bens e mercadorias foi melhor sustentada por Menger, porque associou este estudo aos bens de consumo e aos fatores de produção necessários à satisfação das necessidades

humanas. No conjunto, estes bens formam o patrimônio e geram o progresso da humanidade.

Foi comum para os três autores a constatação de que o valor é algo inerente aos próprios bens; nem é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente por si mesma. O valor é juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem do bem de que necessitam para o seu bem estar. Nos preços das mercadorias estão contidos o valor de uso e de troca, sendo que a raridade das mercadorias foi citada por Jevons e Menger, ganhando superioridade em Walras.

Menger destacou-se em relação a Jevons na Teoria sobre os Preços. Foi além do entendimento dos preços como **equivalência ou igualdade de valor** entre duas quantidade de bens. Analisou a formação de preços no comércio de monopólio e na troca concorrencial, tecendo críticas à estrutura empresarial monopolista, pelo não-incentivo desta aos meios de produção da oferta. Analisou com relevância os efeitos dos graus de vendabilidade das mercadorias em relação aos níveis de organização dos mercados na determinação dos preços destas.

Os estudos de Walras concentram-se igualmente na **variação dos preços** que se dá pela mudança na utilidade da mercadoria negociada entre os contraentes da troca, pelas quantidades desta existentes no mercado e pelos seus detentores, que podem ser um ou vários. Ele analisou o equilíbrio de mercado, o valor relativo das mercadorias e os preços de ajustes de preços, diferenciando-se de Jevons e Menger na formulação do Equilíbrio Geral de Mercado.

4. Conclusões

Com base no que foi pesquisado e analisado no presente trabalho, conclui-se que:

I – PARA JEVONS:

1. A utilidade marginal era a única base possível da teoria Econômica Científica.
O valor das coisas (mercadorias) depende inteiramente da utilidade.
2. O uso do termo valor significava **valor de troca ou preço**. O valor-

3. Os indivíduos extraíram utilidade do consumo de mercadorias para **maximizar o prazer**.
O conceito de utilidade total (nos sentidos lato restrito do termo) foi trabalhando juntamente com o **grau final de utilidade**, posteriormente chamado de **utilidade marginal**.
4. As razões entre a **utilidade marginal** das mercadorias e os seus respectivos **preços**, quando em **igualdade** para todas as mercadorias, indicam que o consumidor atingiu o **grau máximo de satisfação** pelo consumo dos bens.
5. A utilidade marginal determina o preço das mercadorias, entre os agentes econômicos, até chegar ao equilíbrio. A **Teoria da Utilidade**, na sua concepção poderia tornar-se a **Teoria dos Preços**.
6. A formulação matemática foi tomada como princípio para explicar os conceitos de utilidade total e marginal. Os consumidores realizavam trocas, quando eram conhecidos os preços, para maximizar suas utilidades de forma que sempre assegurassem um ganho na permuta.

II – PARA MENGGER:

1. Não foi necessário o uso de equações matemáticas para expor suas doutrinas.
A análise entre a utilidade total e marginal foi semelhante à de Jevons. Os números e tabelas foram utilizados como método de análise.
2. A **formação de preços** foi determinada com base na **oferta e na procura**.
Quando a indústria estava em equilíbrio, o preço de mercado era igual ao preço de produção.
Os efeitos da utilidade marginal dos insumos sobre a produção não foram considerados. Não haveria excedente a ser expropriado por qualquer pessoa, ou classe.
3. A troca econômica assegura a importância das necessidades e garante o proveito econômico das partes envolvidas. As quantidades de mercadorias que os consumidores estão dispostos a comprar depende dos preços destas. Preços e quantidades estão inversamente relacionados.

4. O preço é a expressão da equivalência relativa entre as vantagens e desvantagens da troca.
O empenho mútuo das forças dos dois permutadores, no caso da troca isolada, fixará o limite concreto e paritário, do qual deve resultar a formação de preços.
5. A fixação de preços no comércio de monopólio ocorrerá entre os contraentes que tiverem maior disposição de permuta. Quanto menor for a produção, mais indivíduos serão excluídos da compra. A concorrência entre os mercados aumenta as ofertas.
6. As mercadorias produzidas para o consumo são denominadas de bens de ordem superior, e os fatores de produção, de bens de ordem inferior.
A Teoria do Valor reconhece o conceito de utilidade dos bens. As mercadorias que não têm valor de uso perdem o valor de troca. Não devem ser produzidas.
7. As coisas, quando destinadas ao consumo pessoal, são bens. Possuem valor de uso. Quando entram em circulação entre seus proprietários, são mercadorias. Possuem valor de uso e de troca.
8. O dinheiro (moeda) é uma mercadoria especial usada nas trocas. É o parâmetro das trocas. É o medidor dos preços.

III – PARA WALRAS

1. O valor de troca das mercadorias está associado ao conceito de riqueza social.
Coisas úteis, limitadas em quantidades, são: apropriáveis, valiosas, permutáveis e multiplicáveis industrialmente.
2. A raridade das mercadorias é o que determina o valor de troca e a formação de preços.
A dualidade dos objetivos, entre vendedores e compradores, gera certo grau de insatisfação no pagamento ou recebimento dos preços e tal frustração é considerada natural. Ambos, vendedores e compradores, desejariam tirar o máximo proveito na troca, lucro e prazer, respectivamente.
3. O valor de troca produz-se no mercado. Os preços são chamados de relações dos valores de troca entre a demanda e a oferta efetiva. Os

valores de troca são relativos no estabelecimento dos preços de equilíbrio.

4. O Equilíbrio Econômico Geral foi a importante contribuição dada à Teoria Econômica.
Os desequilíbrios nos preços foram identificados e o auto-restabelecimento do equilíbrio foi admitido como solução. O modelo matemático foi usado como método de comprovação.
5. Os preços ou **razões de trocas** das mercadorias subirão ou cairão até que a demanda e a oferta se igualem. Estes seriam **os preços correntes de equilíbrio**. As variações estabeleceriam, automaticamente, o equilíbrio.
6. A teoria sobre relações de troca entre várias mercadorias pode mostrar que, através da interação entre os mercados, os preços poderiam ser determinados simultaneamente.

Em síntese: a **formação de preços**, para Jevons, está centrada na Teoria da Utilidade; para Menger, nas **forças de mercado entre demanda e oferta**; para Walras, na Teoria da Raridade dos bens.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DENIS, Henri. **História do pensamento econômico**. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p.782.
2. HAYEK, F. A. Introdução. In: MENER, Carl. **Princípios de economia política**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1968. 397 p. (Os economistas).
3. HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
4. JEVONS, William Stanley. **A teoria da economia política**. Tradução de Cláudia Laversveiller de Moraes. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, 205 p. (Os economistas).
5. MENER, Carl. **Princípios de economia política**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1968. 397 p. (Os economistas).

6. WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).